



A MORTE E O MORRER NA USINA TAMOIO: REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS FÚNEBRES E RITUAIS FUNERÁRIOS NO PERÍODO MORGANTI (1917-1969)

Angela Cristina Ribeiro CAIRES
Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara
Membro da Fundação Araporã
angelacrcaires@gmail.com

Resumo: Este trabalho faz uma reflexão sobre a morte, o morrer e as práticas fúnebres e rituais funerários em uma empresa sucroalcooleira, a Usina Tamoio, localizada no município de Araraquara/SP. A análise compreende o período de 1917 a 1969, tempo em que a usina pertenceu à família Morganti. A pergunta que motivou este trabalho foi: Existia Cemitério na Usina Tamoio? Com o objetivo de responder esta e outras perguntas que surgiram depois, a pesquisa e posterior análise buscou compreender as principais causas de mortes no território da usina; como os/as trabalhadores/as e moradores/as percebiam, representavam e se comportavam diante da morte naquele lugar específico, e como a empresa tratava tal evento em termos de amparo aos/as trabalhadores/as e suas famílias, inclusive com oferecimento de auxílio para os rituais funerários.

Palavras-chave: Morte; Rituais Funerários; Usina Tamoio; Araraquara/SP.

Abstract: This work reflects on death, dying and funeral practices or funeral rituals in a sugar and alcohol company, the Tamoio Plant, located in the city of Araraquara/SP, belonged to the Morganti family. The question that motivated this work was: Was there a Cemetery at the Tamoio Plant? In order to answer this and other questions that arose later, the research and subsequent analysis sought to understand the main causes of deaths in the plant's territory; how the workers and residents perceived, represented and behaved in the face of death in that specific place, and how the company treated this event in terms of support for the workers and their families, including offering help for funeral rituals.

Keywords: Death; Funeral Rituals; Tamoio Plant; Araraquara/SP.

Introdução

A presença de cemitérios na área rural foi uma realidade no Brasil nos séculos passados, e em algumas regiões brasileiras ainda podem ser observados. Este tema, contudo, como aponta Coimbra (2021, p. 69), é ainda pouco explorado e sobre ele “não existem fontes bibliográficas suficientes, o que leva os pesquisadores a buscarem recursos embasados na história oral.”

Cemitérios rurais podem ser definidos como espaços de enterramento criados para atender às necessidades de sepultamento dos moradores que vivem em comunidades rurais, isto é, fora da área urbana. Podem estar instalados em pequenas áreas de terrenos

doados ou em área pública. Diversamente dos cemitérios urbanos, que são administrados pela gestão pública das cidades, esses cemitérios rurais, normalmente, ficam às expensas dos proprietários das áreas nas quais estão instalados (Coimbra, 2021, p. 60).

Na região de Ribeirão Preto/SP, onde está situado o município de Araraquara, temos notícia da existência de cemitérios rurais na cidade de Altinópolis, na fazenda Jaborandi, que se dedicava ao cultivo de café e à criação de gado; em Guatapará, na fazenda cafeeira homônima, e ainda em outras fazendas, cujos nomes não foram revelados, nas quais os cemitérios teriam sido destruídos em favor de plantações de cana-de-açúcar por usinas da região (Os Cemitérios..., 2013).

Em 2009, conforme matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, o cemitério da fazenda Jaborandi, em Altinópolis, mantinha-se preservado. Tendo sido criado em 1858⁷ para enterrar os proprietários, passou também a receber enterros de pessoas escravizadas (Cemitério de Escravos..., 2009).

É provável que atitude semelhante tenha motivado a criação de cemitérios por outros fazendeiros que, após a abolição da escravatura, utilizaram esses cemitérios para também enterrar imigrantes que vieram para trabalhar na cultura do café, especialmente italianos. De acordo com o que denuncia a publicação intitulada *Os cemitérios (e a memória) destruídos pelo Açúcar*, publicado no blog ITÁLIA GUATAPARÁ, muitos desses cemitérios foram destruídos na calada da noite:

Tenho conhecidos que trabalharam para uma usina da região para destruir cemitérios, muitos deles cheios de registros dos Italianos que chegaram aqui nas fazendas de Ribeirão Preto. Um de meus primos se lembra do barulho do implemento do trator, à noite, destruindo as sepulturas. Tudo literalmente às escuras, para ninguém perceber. (Os Cemitérios...2013).

No município de Araraquara, apesar de as evidências desse fenômeno não serem frequentes, é possível afirmar sobre a existência de tais equipamentos em fazendas locais. Em pesquisa realizada no Arquivo Histórico de Araraquara no ano de 2024, encontrei, em livro de recortes de José Ferrari ([19--]) uma anotação que denuncia a presença de cemitérios em pelo menos três fazendas do município: O primeiro na fazenda de Carlos

⁷ Autorização para construção do cemitério da Faz. Jaborandi - transcrição. "D. Antônio Joaquim de Mello por mercê de Deus e da Santa Fé Apostólica. Bispo de São Paulo e do conselho de S.M. o Imperador. Aos que esta Nossa Provisão virem saúde e benção em o Senhor. Fazemos saber que atendendo ao que por sua petição nos representou o Capitão-mor Joaquim Garcia de Figueiredo, Freguês desta Paróquia, da cidade de Franca deste Bispado, e residente no mesmo na Fazenda denominada Jaborandi, distante desta Paróquia – 8 léguas. Havemos por bem pelo presente conceder-lhe faculdade para que possa erigir edificar um cemitério em sua referida Fazenda e do termo desta mesma cidade, contanto seja um lugar alto e livre de umidade e inundações e cercado na forma e como determina a constituição do Arcebispado do Bispado, sem o que não poderá ser bento, o que muito recomendamos ao Mto. Rdo. Páraco a quem esta será apresentada para ser registrada no livro do Tombo da Matriz, para a todo tempo constar, ficando o referido supra mencionado com obrigação de tomar sobre si o assentamento dos que lá se sepultarem, e remeter os assentos para as paróquias que pertencerem. Findo o dito tempo o prazo para conclusão do fechamento seguirá Provisão de Benção. Dada em visita na cidade de Franca sob nosso sinal selo das nossas armas aos 31 de maio de 1858. E eu o padre Raymundo Marcolino da Luz Cintra escrivão de visita a escrevi. Acervo histórico da Faz. Jaborandi (Família Figueiredo, 2024)

José Botelho, grande fazendeiro do café do final do século XIX; o segundo na fazenda Boa Esperança, denominado Cemitério da Capela de Boa Esperança; e um terceiro na fazenda dos herdeiros do falecido Amaro José do Valle. Todos sagrados e instituídos pelos respectivos fazendeiros.²

A descoberta da existência desses cemitérios me levou a pensar sobre a possibilidade da manutenção de tal equipamento em outros espaços rurais, especialmente em Usinas de Açúcar, sobretudo aquelas que mantinham vilas operárias em seus territórios. Este é, por exemplo, o caso da Usina Tamoio, agroindústria sucroalcooleira, situada a 8 (oito) quilômetros da cidade de Araraquara/SP, cuja história foi reconstituída em minha dissertação de mestrado, apresentada à Unesp de Araraquara em setembro de 1993, sob o título “Nem tudo era doce no império do açúcar: Usina Tamoio: vida, trabalho e lutas (1917-1969) (Caires, 1993).

Esse estudo que possibilitou a análise da constituição do império Tamoio em suas dimensões materiais, imateriais e simbólicas, bem como das relações sociais e de trabalho existentes em seu interior, em alguns momentos tocou na questão da morte no território da usina sem, contudo, fazer um aprofundamento.

Recentemente, ao envolver-me com estudos que têm como objeto de investigação a morte, o morrer e os cemitérios, uma dúvida se acendeu em meu intelecto. Teria a Usina Tamoio um cemitério? Esta pergunta, que também me foi formulada por outra pesquisadora do tema, me fez refletir e voltar à uma problemática que mereceu atenção secundária na análise antes realizada. Me dei conta de que sobre a morte e o morrer na Usina Tamoio os trabalhadores/as e moradores/as que entrevistei, por ocasião da realização do mestrado, pouco falaram. Na ânsia de descrever o espaço da usina como um paraíso enfatizaram os aspectos positivos ligados à empresa, em especial as benesses oferecidas pelos patrões. Nesse conjunto de benefícios, a morte e os assuntos a ela relacionados apareceram de passagem e muito rapidamente, como, por exemplo, a menção ao apoio que a usina oferecia às viúvas após o falecimento do marido, com oferecimento de cobertores de presente de natal.

A busca de compreensão sobre a morte como fenômeno social na Usina Tamoio me levou às seguintes indagações: Se a Usina Tamoio sustentava uma estrutura que, mesmo distante da zona urbana, a constituía de equipamentos que permitiam equipará-la a uma cidade, possuía também um cemitério? Esta foi a pergunta inicial que motivou este trabalho. Depois desta, outras surgiram.

Grande parte do espaço territorial da usina, composto por mais de 5.000 alqueires, era constituído por terras de antigas fazendas cafeeiras adquiridas por Pedro Morganti – o fundador –, após a crise cafeeira de 1929, e por seus filhos, depois de sua morte em 1941. E nessas fazendas, existiam cemitérios?

No percurso que iniciei em busca de resposta para esta pergunta, a informação sobre

² Estes dados foram também levantados por Rogério Belmiro Tampellini junto à CASA DO PINHAL. Casa do Pinhal: Documentos Textuais, [c2016], em 2022. Disponível em: <http://casadopinhal.com.br/search_textuais/view?id=562>.

a existência de um cemitério abandonado na fazenda Guatapará, propriedade rural que pertenceu ao grupo Morganti, me fez pensar se esse cemitério seria remanescente do período em que a fazenda pertenceu a Martinho da Silva Prado Junior, conhecido como Martinico Prado (Vieira e Queda, 2024), e se os Morganti, após a adquirirem para a plantação de cana e eucaliptos, o teriam utilizado.

Essas inquietações me fizeram voltar ao material de pesquisa colhido nos anos 1990, especialmente as entrevistas realizadas com trabalhadores/as e moradores/as. Assim, revisitando esse material percebi que o tema morte estava presente, mas a menção a ele, pelos/as entrevistados/as, não se deu espontaneamente. Apareceu quando procurei explorar as condições de trabalho relacionadas às ocorrências de acidentes de trabalho e sobre momentos que poderiam evidenciar conflitos em um ambiente que insistiam em descrever como harmonioso e paradisíaco. Na entrevista realizada com o antigo gerente do armazém da usina, ao indagar sobre a questão dos benefícios e serviços sociais oferecidos pela empresa aos/as trabalhadores/as, o atendimento funeral foi destacado como uma benesse patronal.

Em seus depoimentos, somente um ou dois trabalhadores falaram muito rapidamente sobre a solidariedade entre vizinhos no momento da morte, das rezas realizadas e do revezamento que faziam durante o velório no período noturno. Um deles, em meio a outras informações sobre as relações de vizinhança, disse que os vizinhos costumavam chamar o padre para “encomendar”, o que pode ser lido como o momento de encomendar a alma do morto a Deus, o que aliás, era costume em uma empresa que abrigava uma população majoritariamente católica. Naquele universo, a morte para as pessoas que lá moravam, trabalhavam e viviam era percebida como parte da vida. Havia a naturalização do fato visto como normal, mesmo quando esse resultava de condições de trabalho hostis.

Diante de tais informações, outras perguntas surgiram: O que a empresa fazia, ou seja, quais os cuidados eram tomados para a preservação da saúde e da vida da sua força de trabalho e demais pessoas que moravam em seu território? Quais eram as principais causas de mortes entre os/as trabalhadores/as e membros das famílias trabalhadoras na Usina Tamoio? Quando ocorriam mortes no território da usina, como esses eventos eram tratados pela empresa? Quando faleciam trabalhadores/as e/ou moradores/as, onde eram enterrados/as? Existia um cemitério naquele lugar?

São estas perguntas que este trabalho pretende responder. Para tanto, como apontei, revisitei o material de pesquisa coletado por ocasião da elaboração da dissertação de mestrado na década de 1990, em especial as entrevistas com trabalhadores/as e moradores/as. No total foram 26 entrevistas gravadas, transcritas e analisadas, incluindo a realizada com o empresário Hélio Morganti, filho de Pedro Morganti, fundador da usina. Também foram retomados e relidos os números da Revista Umuarama, órgão de divulgação interna da empresa, que consegui reunir por ocasião do mestrado e relativos ao período de 1947 a 1962, data do início e término da publicação da revista. Investigações mais recentes realizadas no Arquivo Histórico de Araraquara, leitura da obra de Rodolpho Telarolli (2002) sobre a história da medicina e dos médicos em Araraquara foram também importantes para a composição da análise.

Por fim considero oportuno destacar que este trabalho se aproxima de estudos que fazem parte dos campos da etnografia e do patrimônio cultural, pois reflete a análise de aspectos culturais de uma comunidade humana, em um tempo e espaço determinados. Engloba aspectos materiais, imateriais e simbólicos desta comunidade-empresa, cuja existência histórica, tanto em sua dimensão material (edificações e suas ruínas) quanto imaterial (representações, simbolismos e memórias) são hoje entendidos como patrimônio material e imaterial de Araraquara, e para o qual o poder público local vem empreendendo ações para o seu tombamento e preservação, especialmente no que concerne aos bens edificados remanescentes. (Reunião reiteira..., 2023; Prefeitura assume..., 2024). Também se aproxima da arqueologia, pois os elementos que traz permitem estabelecer conexões com os estudos relacionados à arqueologia da morte, particularmente com sua subárea a arqueologia funerária ou arqueologia das práticas funerárias, na medida em que permitem compreender aspectos que envolviam o morrer, a morte, as práticas e rituais pós-morte na Usina Tamoio, no período em que a empresa pertenceu à família Morganti – 1917/1969. Mesmo que não tenha sido possível falar em remanescentes ou vestígios humanos materiais, que constituem objetos dos estudos arqueológicos, haja vista que estes não foram encontrados, acredito que o trabalho traz elementos importantes para a compreensão do morrer e da morte no contexto da organização social específica que compunha a Usina Tamoio, em seus aspectos biológicos (doenças), acidentais (acidentes de trabalho) e sociais (assassinatos, suicídios), além de culturais e simbólicas (rituais funerários: velório, enterro e luto).

Neste sentido, destaco que o interesse pela arqueologia funerária, como subárea da arqueologia, representa um campo de estudos que tem se ampliado nas últimas décadas. Pesquisadores de diversas áreas - História, Arqueologia, Geografia, Sociologia, Antropologia - vêm se dedicando à temática. Isto tem resultado em um “um conjunto de enfoques que possibilitam identificar diferentes concepções, abordagens e metodologias das investigações sobre os vestígios materiais deixados por ocasião da morte ao longo do tempo.” (Rodrigues, 2018, p. 223)

No Brasil, dentre os estudiosos da temática, apenas para citar alguns, estão Barreto, 1999; Ribeiro, 2007, Schiavetto, 2003, Silva, 2005, 2006, 2014; Souza, 2009, 2018; Peixoto, 2018. Em Araraquara/SP, pode-se destacar Fidalgo, Rasteiro e Rodrigues, 2022) e Oliveira, 2023. Fidalgo, Rasteiro e Rodrigues, arqueólogos, em 2012, trabalharam no resgate de remanescentes humanos em um antigo cemitério na cidade. No trabalho que produziram, chamaram a atenção para o crescimento dos estudos na área ao ressaltar que:

Mesmo com as devidas considerações sobre a complexidade de se tratar com esse tipo de materialidade, como por exemplo, as regulações, impedimentos e restrições de diversas naturezas, pesquisadores têm apontado o grande potencial da arqueologia funerária e bioarqueologia para a compreensão do passado. (Larsen, 1997, 2002; Souza, 199, 2003, 2013 apud Fidalgo, Rasteiro e Rodrigues, 2022, p. 9)

Silva (2005, p. 38-39) destaca que os estudos voltados à morte na arqueologia:

[...] incluem os comportamentos mortuários (formas de decomposição e tratamento do cadáver), os acompanhamentos funerários (artefatos depositados com o morto durante o funeral), a distribuição espacial dos cemitérios (localização, inserção ambiental, período de uso), mortalidade (causas da morte), patologias e anomalias (características de morbidez que afigiam as populações) e as dietas e indicadores de saúde."

A arqueologia funerária ou arqueologia das práticas funerárias, enquanto subárea ou ramo da arqueologia, de acordo com o que enuncia Camila Diogo de Souza (2018, p. 267),

[...] estuda os aspectos concretos da performance dos rituais que envolvem a morte enquanto fenômeno do comportamento e das ações humanas que produzem vestígios materiais passíveis de análise. Tais vestígios formam a cultura material de natureza funerária e correspondem ao conjunto complexo e diversificado do registro arqueológico que compõe o contexto funerário.

A autora ainda pontua que, dentro desse ramo da ciência arqueológica, pode-se destacar “cinco aspectos fundamentais da natureza do registro arqueológico funerário”:

- 1) Fragmentário. Como característica universal de qualquer registro arqueológico, os elementos materiais constitutivos dos contextos funerários são apenas uma porcentagem dos objetos e artefatos originais, isto é, representam uma parte do todo.
- 2) Incompleto. Apesar de seu caráter complexo, o registro funerário é o resultado concreto de apenas uma parte dos ritos executados pelos vivos. Nem todas as etapas que envolvem as exéquias geram registro material ou são visíveis arqueologicamente.
- 3) Parcial. As práticas rituais mortuárias identificadas no registro arqueológico constituem apenas uma parte do universo cultural, social e religioso de uma sociedade.
- 4) Seletivo e intencional. A materialidade dos rituais mortuários é produto da escolha humana e envolve intencionalidade.
- 5) Conceitual e funcional. Os contextos funerários compreendem criação e atribuição de sentidos e, portanto, possuem natureza polissêmica, envolvendo aspectos simbólicos e ideológicos de acordo com determinada funcionalidade. (Souza, 2018, p. 267-268)

Peixoto (2018, p. 236), por sua vez, no texto “Por uma arqueologia dos vestígios funerários do passado: contribuições, práticas e caminhos possíveis” propõe “uma reflexão crítica sobre diferentes contribuições advindas da Arqueologia Funerária, ao longo dos anos para o estudo das práticas mortuárias no passado” e, ao chegar nos tempos mais recentes, referindo-se à arqueologia pós-processual e apoiado em Silva (2006, p. 38-39) acrescenta:

[...] o campo das análises mortuárias, hoje, inclui diversos itens tais

como o estudo: de comportamentos mortuários (formas de deposição, tratamento e atitudes em relação ao cadáver); de acompanhamentos funerários (artefatos, ou remanescentes de fauna e flora depositados com o morto durante o funeral); da distribuição espacial de cemitérios (localização, inserção ambiental, período de uso); de mortalidades (causas de morte); de patologias e anomalias (características de doenças e traumas); de dieta e indicadores de saúde. (Silva, 2006, p. 38–39 apud Peixoto, 2018, p. 248-249)

O autor ainda assinala que a arqueologia funerária faz referência a contextos históricos anteriores, e destaca os esforços intelectuais de estudar a morte e o passado a partir de seus vestígios materiais, como por exemplo o mobiliário, os rituais, as doenças reveladas a partir das estruturas ósseas, exéquias, objetos depositados com o morto etc. Afirma que a arqueologia funerária pode ainda informar acerca da vida social a partir do contexto funerário. (Peixoto, 2018, p. 244)

Na Usina Tamoio, os aspectos vinculados ao universo da morte, ao mesmo tempo integravam a vida humana naquele lugar específico. Afinal, como pondera Parker Pearson (1993, p. 227 apud Peixoto, 2018, p. 249) “a morte é uma plataforma para construção das relações sociais (entre os vivos, e destes com seus mortos) e, pois, integra e é fundamental na vida social.

As práticas adotadas pela Usina Tamoio no que diz respeito à morte e ao morrer são parte importante das relações sociais prevalecentes na empresa, possibilitam ainda o conhecimento dessas práticas também na cidade de Araraquara/SP em um tempo e contexto determinados.

A Usina Tamoio: breve apresentação

A Usina Tamoio, agroindústria sucroalcooleira, foi fundada em 1917 por Pedro Morganti, imigrante italiano que chegou ao Brasil no final do século XIX (1890). Sua origem foi um pequeno engenho de açúcar, o Engenho Fortaleza, de propriedade do Comendador Freitas. A empresa viveu sua fase áurea nos anos 1940 e 1950, quando conquistou o título de usina modelo da América do Sul. Nessa ocasião, chegou a abrigar em seu território uma população trabalhadora de mais de 10.000 pessoas formada por homens, mulheres e suas famílias. Essa população podia variar e chegar até 12.000 pessoas em períodos de safra.

Com os/as trabalhadores/as ocupando funções ligadas à agricultura da cana, à fabricação do açúcar e do álcool, aos trabalhos de manutenção e transporte, inclusive ferroviário, e da administração, a empresa construiu uma ampla e forte estrutura para abrigar e atender os/as trabalhadores/as e suas famílias em suas necessidades mínimas. Esta estrutura era composta por: casas de moradia, armazéns de fornecimento de gêneros alimentícios, farmácias, ambulatórios médicos e odontológicos, igrejas, capelas, escolas, clubes recreativos (dos pretos e dos brancos), bares, cinema, teatro, biblioteca, lojas de tecidos, de armários, de ferramentas, açougue, hospedaria, agência de correio,

serviços de ônibus, serviços de cartório, etc. Todos esses equipamentos garantiam à usina a estrutura de uma cidade e permitiam que a vida material e imaterial dos/as trabalhadores/as e suas famílias se passasse em seu interior, sem que de lá precisassem sair. Apenas eventualmente poderia um/a ou outro/a vir à cidade, principalmente Araraquara, para a compra de algo que desejasse e que não estivesse disponível na usina; para uma visita a parentes; ou para uma consulta médica, quando o problema não era resolvido no local.

O espaço da usina é descrito pelos/as trabalhadores/as e moradores/as como lugar privilegiado, de muito trabalho, mas também de lazer e prazer com a garantia da comida à mesa e outras necessidades atendidas. Para eles/as, trabalhar, morar e viver na Usina Tamoio era poder usufruir da casa e de todas as concessões que giravam em torno dela: festas, bailes, comemorações, vida religiosa, vida escolar, futebol, cinema, teatro, enfim benesses que os patrões ofereciam e que produziam satisfação e muito açúcar e álcool. Nesse contexto, os patrões eram percebidos como “pais generosos” e a população da usina como uma grande família, ou como diziam “uma família só”. Unidos por laços de parentesco, boas relações de vizinhança e solidariedade, os/as trabalhadores/as e moradores/as da Usina Tamoio se auto representavam como o “povo tamoiense”, e em suas percepções e representações as pessoas que trabalhavam e viviam na Usina Tamoio, em seu conjunto, “uma irmandade”.

Cuidados com a saúde e a vida

No que diz respeito aos cuidados com a saúde e a vida dessa grande família, dessa “irmadade”, ou dessa população, desde muito cedo a empresa organizou um bem equipado serviço de assistência médica que atendia os/as trabalhadores/as e suas famílias nasedeindustrialenasseçõesagrícolas³. Na área da saúde, além dos ambulatórios médicos⁴, os trabalhadores/as e moradores/as contavam com atendimento de enfermagem, farmácia, serviços odontológicos e hospitalares. Os trabalhos de assistência médica eram sobretudo curativos, podendo em situações mais graves os/as trabalhadores/as e seus familiares serem encaminhados aos serviços médicos em hospitais de Araraquara, com os quais a usina mantinha convênios: Santa Casa de Misericórdia, Beneficência Portuguesa e Maternidade Gota de Leite, onde eram atendidas as parturientes. Esse cuidado, na visão do empresário, resultava da necessidade que começou com os problemas enfrentados pela empresa com acidentes de trabalho.

Aliás o acidente de trabalho foi a célula que fez a expansão da assistência, assistência aos operários. Porque nós começamos com

³ Seções que compunham a Usina Tamoio em Dezembro de 1941: Sede, Santa Elza, Salto, Mantuana, Jacaré, Morro Azul, Serra D'água, Bela Vista, Aparecida e Andes, num total de 5.046.795 alqueires (Revista Tamoio n. 4 a 10 – Dez.1941 a Jun de 1942, p. 43). Em 1961, a Usina Tamoio estava assim constituída: Setor Bela Vista: Horto Florestal Morro Azul, Banhadinho, Serra D'água, Lucânia, Andes, Santa Inês, São Carlos e Aparecida. Setor Fortaleza: Horto Florestal Santa Elza, Barreiro, Salto, Chibarro, Mariza, Mantuana, Santa Beatriz, Jacaré, Mariú e Santa Joana. (CAIRES, 1993)

⁴ Existia um ambulatório médico maior na sede industrial e menores em algumas seções agrícolas.

assistência... assistência ao seguro. Com o seguro nós precisamos ter respaldo com hospitais, médicos na fazenda. Aí então nós estendemos a tudo, tudo quanto era doente, a maternidade, a...a... profilaxia... (Hélio Morganti - usineiro)

Todavia, isso pode ser também pensado em relação à legislação canavieira promulgada em 1944, com o Estatuto da Lavoura Canavieira, Decreto número 6969, de 19 de outubro de 1944, que criou subsídios para o equipamento das usinas sucroalcooleiras no setor assistencial (Caires, 1993).

Esses atendimentos, embora valorizados e elogiados pelos/as trabalhadores/as e moradores/as, não evitavam, contudo, ocorrências de adoecimentos e mortes no interior das famílias trabalhadoras. Em um momento em que doenças diversas acometiam pessoas do campo e da cidade, o território da Usina Tamoio também não estava imune. Desta forma, mortes, tanto de adultos como de crianças, não era incomum naquele espaço, exigindo da empresa ações informativas, educativas e profiláticas como forma de cuidado, proteção e preservação de sua força de trabalho.

Informação, educação e profilaxia: tentativas de preservação da saúde e da vida na empresa

Obviamente a preocupação com a saúde da população trabalhadora e moradora no território da usina voltava-se para o interesse na obtenção de um ambiente que favorecesse trabalho eficiente, de qualidade e, consequentemente, produção e lucro. Naquele território, evitar a morte não era possível, mas contê-la ou mesmo postergá-la poderia ser conseguido por meio de trabalho de informação com objetivos pedagógicos. Assim, se em tempos anteriores, isso, possivelmente, era feito diretamente com os/as trabalhadores/as e seus familiares, apoiava-se em relações face a face e por meio dos serviços médicos existentes na usina desde o seu início, a partir de julho de 1947, quando a empresa inicia a publicação da Revista Umuarama, seu órgão de divulgação interna, essa passa a ser o instrumento e o canal por meio do qual tais informações passaram a ser divulgadas, bem como as medidas profiláticas anunciadas. Neste sentido eram comuns publicações que tratavam de doenças típicas da época como tuberculose, gripe asiática, sífilis, dentre outras que poderiam afetar a população tamoense, causando transtornos no ambiente familiar, de trabalho e, consequentemente, no andamento da produção, seja da matéria-prima, a cana-de-açúcar, ou do produto final, o açúcar e o álcool.

Na Revista Umuarama n. 12, de 1º. de julho de 1948, página 12, após matéria informativa sobre a presença da tuberculose no mundo e no Brasil, lê-se:

No afã de cooperar ativamente na batalha contra a peste branca, a S.A.M.U.T., sempre atenta às necessidades de nossa gente laboriosa e boa, não poderia permanecer alheia e de braços cruzados em face da triste realidade acima exposta resumidamente. Por intermédio da "Liga

Paulista de Combate à Tuberculose", e em ligação com a "Divisão de Serviço da Tuberculose" do estado de São Paulo, desde o ano passado que a vacina B.C.G. vem sendo fornecida aos recém-nascidos das seções Andes, Aparecida, Morro Azul, Santa Beatriz e Serra D'Água. Dada aos bebês por via bucal, em uma única dose, de acordo com a técnica aconselhada. A vacinação contra a tuberculose vai, assim, se processando sem alarde na Usina Tamoio, com material recentíssimo e de proveniência idônea sob as vistas do médico.

Atenta à saúde de sua força de trabalho, a usina procurava difundir e aplicar medidas profiláticas capazes de minimizar a ocorrência de doenças entre a população trabalhadora e moradora. No caso da tuberculose, a aplicação da vacina BCG teve por objetivo sanear o ambiente familiar e de trabalho, garantindo que a futura mão de obra – as crianças - gozassem de boa saúde.

Na revista n. 40, de novembro de 1950, uma longa matéria sobre a Poliomielite, "com o objetivo de esclarecer o povo a respeito das medidas preventivas que devem ser observadas", apresenta as principais características da moléstia, sua forma de manifestação, sintomas, processo de transmissão e necessidade de isolamento. Por se tratar de uma doença endêmica, podendo, em determinadas épocas ocorrer surtos epidêmicos, a usina tomava alguns cuidados promovendo a vacinação das crianças e aconselhamentos aos pais com o propósito de orientar para evitar a ocorrência desse mal. Durante bom tempo, a poliomielite se apresentou como uma importante preocupação da empresa. Em abril de 1956, seis anos após a publicação citada, o número 66, da referida revista, em sua página 12, trazia o seguinte Conselho Sanitário:

As principais medidas para se evitar a PARALIZIA INFANTIL, são: não visitar pessoas doentes, fugir às aglomerações nas ruas e nas casas de diversões, ter o maior asseio corporal, principalmente da boca e das fossas nasais e das mãos, perfeita limpeza das roupas, proteger os alimentos, destruir as moscas e o lixo, evitar os lugares sujos e a fadiga.

Embora a preocupação e os cuidados com a poliomielite envolvessem também os adultos, eram as crianças o principal alvo das campanhas promovidas pela empresa. Um levantamento realizado em 1960 de todas as crianças com indicação para receber a vacina contra a poliomielite constando: nome, idade, filiação e local de moradia (seção e casa) é mais um indicativo dos cuidados da empresa com sua futura força de trabalho. Nesse cuidado incluíam-se também os serviços de assistência pré-natal, higiene infantil e puericultura ofertados pela empresa com acompanhamento da gestação e do desenvolvimento infantil por profissional médico, bem como o fornecimento de alimentos para os infantes, especialmente o leite e outros componentes para o enriquecimento da alimentação e nutrição.

As doenças venéreas, em especial a sífilis, também mereciam a atenção da empresa na medida em que poderiam causar uma dilapidação de sua força de trabalho. Assim o Conselho Sanitário relativo à sífilis, publicado na Umuarama número 66, página 12, de abril

de 1956, traz a seguinte mensagem:

PARA A PÁTRIA, a Sífilis constitui um grande óbice ao desenvolvimento de suas forças intelectuais e econômicas, degenerando a raça e entravando a expansão de sua população. [...] Submeta-se a exame médico antes do casamento. Por uma simples questão de escrúpulo ou de amor próprio, não cometa um crime contra si mesmo, contra sua geração e contra seu país.

[...] PARA A FAMÍLIA, a sífilis é o infortúnio dos casais conduzindo-os às tristezas de um matrimônio estéril ou de uma descendência tarada.

Nos anos de 1957 e 1958, o mundo sofreu com a pandemia da Gripe Asiática. O vírus da gripe H2N2, que teve origem na China, matou pelo menos um milhão de pessoas em todo o mundo. Na Usina Tamoio, a Gripe Asiática também se fez presente. Atingida pela doença, a empresa fez publicar na edição de número 82, página 7, de julho de 1957, da Umuarama, matéria sobre a Gripe Asiática e, após elucidar sobre seus sintomas, evolução e profilaxia, enumerou algumas medidas que deviam ser observadas para a prevenção da doença:

- 1- Evite abraços e aperto de mão;
- 2- Não escarre no chão, não tussa e nem espirre diante de outras pessoas e, quando o fizer cubra a boca e o nariz com um lenço;
- 3- Evite o contato com as pessoas gripadas e não as visite;
- 4- Toda a pessoa que se sentir em estado febril, mesmo que os outros sintomas sejam de um simples resfriado, deve imediatamente isolar-se em sua residência e chamar o médico;
- 5- O médico que assistir ao doente, ou na falta do médico, o chefe da família deverá comunicar o caso ao Serviço de Epidemiologia e Profilaxia Gerais na Capital e às Unidades Sanitárias, no Interior.

Obviamente todas essas informações e cuidados eram importantes, porém, não conseguiam evitar adoecimentos e mortes que ocorriam naquele universo, conforme pode ser observado na edição número 84, página 19, de outubro de 1957, que traz um elevado e alarmante número de pessoas contaminadas com a Gripe Asiática. Entre a sede industrial e 12 (doze) seções agrícolas (Bela Vista, Salto, Aparecida, Serra D'Água, Jacaré, Andes, Morro Azul, Carregamento (Tamoio), Santa Beatriz, Barreiro, Santa Elza e Montuana) eram 904 (novecentos e quatro) pessoas doentes, sendo a maioria da sede industrial – 381 (trezentos e oitenta e uma).

Para Hélio Morganti, o cuidado com a saúde e a vida dos/as trabalhadores/as e suas famílias era importante e necessário. Já destaquei o depoimento em que o empresário afirma ser o elevado número de acidentes de trabalho a célula da assistência médica na usina, a qual valia-se também dos serviços de saúde oferecidos pelo município. Nesse sentido, continua:

Nós tínhamos posto de tracoma em Tamoio, posto fixo de tracoma com enfermeiro, tudo. Porque naquela época era endêmica, o tracoma

né. E depois então as coisas melhoraram, não é? Com a instalação do Posto de Saúde em Araraquara, não é? Quando veio o Posto de Saúde em Araraquara, que, aliás, eu... Araraquara era uma cidade que tinha muito pouca possibilidade de hospedagem, todos os Americanos da Rockefeller, porque o Posto de Saúde de Araraquara era, e até hoje é, era um posto da Rockefeller. (Entrevista com Hélio Morganti – usineiro)

A fala do empresário vem de encontro com as publicações da Revista Umuarama, nas quais as preocupações com a saúde da força de trabalho poderiam aparecer ainda em forma de Conselhos de Saúde e Conselhos Uteis, que abordavam questões diversas como cuidados com a pele, com a nutrição, desenvolvimento de bons hábitos de higiene pessoal e da casa, etc.

Com esse trabalho, a empresa procurava promover a informação, a educação e a prevenção de doenças que poderiam comprometer a saúde dos/as trabalhadores/as e de suas famílias, levando-os/as ao adoecimento e até a morte. O que aspirava na realidade era um ambiente de trabalho mais produtivo e favorável ao atingimento dos fins propostos pela direção da empresa, com vistas a obter a produção desejada e atender as exigências do mercado do açúcar e do álcool.

As mortes e algumas de suas causas na Usina Tamoio

Evidentemente, apesar dos cuidados, a morte como fenômeno universal e inevitável estava presente na Usina Tamoio, sobretudo quando consideramos o tamanho da população que a empresa abrigava em seu território.

Abaixo apresentamos os números de mortes destacados em publicações da Revista Umuarama nas páginas dedicadas ao Movimento da Assistência Médica, no período de junho de 1955 a 1960, período em que esta página foi publicada. É importante lembrar que, conforme anunciamos acima, a Revista Umuarama começou a ser publicada em 1947 e foi extinta em 1962. Todavia as publicações de que disponho e que consegui reunir por ocasião de minha pesquisa de mestrado têm início apenas em 1948 e, mesmo assim, o acervo apresenta falhas de alguns números. Os registros também apresentam diferenciações, podendo apresentar mais ou menos dados, conforme verifica-se no quadro abaixo.

Quadro 1 – Levantamento de mortes e suas causas no período de junho de 1955 a julho de 1960

Mês/ano	Adul.	ida-de	Causa morte	Local	crian-ça	idade	Causa	Local
06/1955	1	73	Insuf. Cardíaca		3	Natimorto	Texicose Dist. Nutritivo	Mater
07/1955	2	64 76	Neo-Esofago Senilidade		1 1 3	1 ano 2 anos Natimorto	Desidratação Queimadura	S. Casa Matern.
07/1955	5	64 82 45 42 25	Parkinson Selinidade Infarto Infarto Eclampsia Suicídio (2)	Matern.	3	Natimorto 5 meses 8 anos	Texicose Diarreia Tétano	

09/1955	3	98 80 70			1	Natimorto		Matern.
03/1956	Não houve óbitos							
04/1956					3	9 anos 9 dias 2 anos	Doen.Mitral Bronco Pneu Bronco Pneu	
06/1956					2	2 anos 1 ano	Gastroenterite Nefrite	
07/1956	3	41 73 63	Hodgkings Hemor.Celular Cardiopatia					
09/1956	2	63 78	Cardiopatia Ins.Cardiáca		1	9 meses	Nefrite	
05/1957					3	1 ano Natimorto	Pneumonia	
06/1957	3	70 52 38	I. Cardiáca CA Pulmão CA Hepático		3	3 meses 5 meses 1 mês	Pneumonia Pneumoni Gastroenterite	Mater Mater Mater
07/1957	3	86 77 78			2	11 mês 22 dias Natimorto	Gastroenterite Bronquite	Mater
08-09/1957	9	81 72 56 73 58 32 38 63 57 15	Insuf. Cardíaca Idem Idem Idem Hemorrágia Ch. Epilético CA Abdome CA Pulmão CA Abdome	St. Casa	2	Natimorto 2 meses	Gastroenterite Obs. Mês Gripe Asiática	
12/1957	4	77 74 50 49	Apop. Cerebral Insuf. Cardiáca Hipertensão Tuberculose		3	6 meses 3 meses 40 dias	Gastroenterite Gastroenterite Gastroenterite	1 Sta Casa 1 Matern.
09/1958	1			St.Casa	1			Matern.
10,11 2 12/1958	21		Diversas 3 sem Assist. médica		2	Natimorto	Gastroenterite	Matern.
01/02 e 03/1959	13		Diversas		2	Natimorto Distrofia	Não constam Outros dados	Matern.
04/1959	8		Insuf. Cardiáca CA Gástrico CA Pâncreas B. Pneumonia			5	Natimorto Gastroenterite.	Matern.
05/1959	3		Ins.Cardiáca CA Pulmão		6	1 Natimorto	Gastroenterite Distrofia	
06/1959	2		I. Cardiáca Tromb. Cerebral		1	Natimorto		
08/1959	4		Insuf. Cardiáca Eletrocutado	St.Casa				
12/1959	Não consta							
06/1960	4		Insuf.Cardiáca Pneumonia. Insuf. Renal		2		Gastroenterite	Matern.
07/1960	3		Insuf. Cardíaca		1			

Fonte: Revistas Umuarama

Um olhar para o quadro acima permite perceber que se os adultos morriam especialmente por doenças do coração, como insuficiência cardíaca, cardiopatias graves, infartos, hipertensão, câncer, doenças renais, dentre outras moléstias de menor incidência, as crianças, por sua vez, estavam mais suscetíveis às enfermidades que acometiam a infância. Isso de certa forma reproduzia o quadro e o padrão de saúde e causas de mortes verificados na cidade de Araraquara no final do século XIX e início do século XX, conforme demonstra o estudo realizado por Rodolpho Telarolli (1933-2001), quando trata da história da medicina e dos médicos em Araraquara. De acordo com o historiador, na época, conforme pesquisa realizada nos registros de óbitos do município, as pessoas morriam por:

Bixas aparecem como um dos principais males de crianças em idade de 8, 10 anos. Hidropsia era também muito comum. A denominação tinha por base o sintoma visível de água na barriga, cujos motivos efetivos podiam ter origem em males do coração, hepatite, câncer, doença de chagas e outras. Tétano, sezão que, às vezes, aparece como malária, outras como impaludismo, febre intermitente e ainda simplesmente “febre”. Lombrigas (o mesmo que bixas), ataque, incômodo de urina, recaída de parto, inflamação, decrepitude (uma escrava de 80 anos), ataque repentino, estupor, reumatismo, morte na hora do parto, inflamação nos rins, inflamação no estômago, morte violenta causada por estupor, dentição (diarreia em crianças por volta de um ano com o nascer dos dentes), desastre por derrubada de mata, ataque tetânico agudo, assassinato praticado pelo escravo Abraão, mal de fogo, mordedura de cobra, por comer terra, engasgo (que podia ser manifestação de doença de chagas, assassinato, em desastre na roça, escorbuto, apoplexia, caída de animal, inviabilidade, facadas, caxumba, assassinato pelo povo (dois negros arrancados da cadeia), encontrado afogado no Ribeirão da Paciência. (Telarolli, 2002, p. 53-54)

Levantamento semelhante está sendo por mim realizado nos livros de registros de óbitos do município de Araraquara, disponíveis no Arquivo Histórico da cidade. Esta pesquisa, ainda em andamento, e que já investigou o período de 1891 a 1923, corrobora os dados coletados por Telarolli (2002). Nos documentos pesquisados até o momento, um dado que me chamou a atenção foi o elevado número de mortes de crianças por doenças típicas da infância como: vermes, ataque de vermes, tosse coqueluche, tétano umbilical, dentição, desinteria, caxumba, sarampo, catapora, sapinho, inviabilidade, dentre outras. Nesse conjunto, a gastroenterite se sobressai. Telarolli (2002, p. 60) sobre esta questão assinala:

Também pelas precárias condições de higiene, as crianças eram afetadas com impressionante constância pelo tétano do umbigo, chamado de mal de 7 dias.

Porém a causa mais comum do óbito infantil, às vezes até de crianças de 7, 8, 10 anos, era a **gastroenterite**, que também aparece declarada como enterite, por médicos e leigos. (grifo meu)

Na avaliação de alguns críticos ou comentaristas da época, citados por Ferrari (19... apud Telarolli, 2002, p. 92), esse quadro era consequência dos maus hábitos de higiene que prevaleciam entre os moradores da zona rural, em particular dos imigrantes.

A inobservância aos princípios mínimos de higiene certamente também contribuiu para a penúria da vida nas fazendas. Em artigo na revista "O Fazendeiro", Laudo Argentier, em poucas palavras traçou um retrato cultural do imigrante, ainda que com alguma dose de julgamento preconceituoso.

Deixemos de poesia meus senhores: os colonos, leiam bem... os colonos feitas poucas exceções, sejam estes italianos, portugueses espanhóis, alemães... tenham ou não cabelo cortado à escovinha, ou ostentem rabichos, sejam turcos, europeus, chineses ou sejam nacionais, são sujos, deploravelmente sujos e guardam sagrado terro ao sabão e a água.

Não será outra a razão que explica tamanho número de óbitos de crianças de tétano e **gastroenterite**. (grifo meu)

O fato é que, na ocasião, o município de Araraquara apresentava condições sanitárias e de salubridade ainda bastante precárias, seja na zona urbana ou rural.

Na Usina Tamoio, apesar de a empresa tomar alguns cuidados com a saúde e a vida de seus/as trabalhadores/as e familiares, inclusive com a higiene das casas de moradia, que eram caiadas anualmente e mantinham sanitários internos ou externos, é possível supor que, em alguma medida, tal realidade se reproduzia ainda até o início da segunda metade do século XX. Dentre as crianças mortas na Usina Tamoio no período de 1955 a 1960, período abrangido pelo levantamento e apresentado acima, a principal causa de morte foi a gastroenterite, doença causada por ingestão de alimentos ou bebidas contaminados, contato com pessoas infectadas, toque em superfícies contaminadas e que resulta em inflamação ou infecção, cujos sintomas mais comuns são: diarreia, náuseas, vômito, dor abdominal, dor de cabeça, falta de apetite e febre (Gastroenterite..., 2024). O número levantado de mortes de crianças pela doença no período foi de 12 (doze). Outras doenças também foram verificadas, porém com menor incidência como pneumonia, broncopneumonia, bronquite, distúrbio nutritivo, texicose, diarréia, tétano, doença mitral, nefrite e distrofia.

A ocorrência de considerável número de Natimorto (12) foi outro dado observado no período destacado, inclusive revelando semelhança com o que ocorria em Araraquara. Sobre isso Telarolli (2002, p. 90) anota:

A dificuldade em que viviam os colonos [refere-se aos colonos do café, na Usina Tamoio existiam os colonos de cana] das fazendas aliados ao alto preço dos serviços profissionais, faziam com que nos partos atuassem "curiosas", uma vizinha, uma comadre e até mesmo o próprio marido. Bastava qualquer complicaçāo para que a criança nascesse morta ou morresse logo após. Quando não, a vítima era a própria mãe, deixando, não raro, ao marido a desesperadora situação de uma prole de 6, 8, 10 filhos menores.

A ação de parteiras e curiosas, conforme afirma o autor acima, deve ter sido, de fato, uma realidade também nos primeiros tempos da Usina Tamoio, considerando que a empresa foi fundada em 1917 e a legislação protetora dos trabalhadores canavieiros somente foi expedida em 1944. Todavia, no período apresentado em nosso levantamento (1955 a 1960), a empresa já contava com convênios mantidos com hospitais da cidade de Araraquara e assistência médica mais desenvolvida, mas, mesmo dispondendo desses serviços, inclusive com as parturientes sendo atendidas na Maternidade Gota de Leite de Araraquara e os partos realizados nesse hospital, o número de natimortos se mostrou elevado (12), registrando-se ainda a morte de uma parturiente por eclampsia.

Diversos tipos de câncer como o de pulmão, de abdome, hepático, de esôfago, de pâncreas também chamaram a atenção, além de problemas pulmonares como pneumonia, broncopneumonia, um caso de tuberculose e ainda outros problemas de saúde como senilidade, parkinson, hemorragia celular, trombose cerebral, dentre outros. O fato de a empresa dispor de serviço de assistência médica, com médico contratado e equipe de enfermagem, não impediu ainda que pelo menos três (3) casos de mortes fossem registrados como sem assistência médica, o que também acontecia em Araraquara, mesmo em um tempo em que a cidade já contava com importante número de médicos (Telarolli, 2002).

Ainda nesse universo, 2 (dois) casos de suicídio e 1(um) de uma pessoa que teria morrido eletrocutada, possivelmente por acidente de trabalho, levam a pensar neste ambiente em sua dimensão hostil e a questionar a descrição dos trabalhadores quando estes se referem à usina e ao seu território como um paraíso. Estariam as mortes, particularmente os problemas cardíacos, pulmonares e os de câncer relacionados ao trabalho e ao ambiente de trabalho? Esta é uma pergunta difícil de responder.

O trabalho e a segurança no trabalho na Usina Tamoio

O trabalho na Usina Tamoio englobava, como mencionado, os serviços nos seguintes setores: lavoura, indústria, manutenção, administração e transportes, inclusive o ferroviário. Tudo isso demandava importante contingente de mão de obra.

Sobre o trabalho na indústria do açúcar, Leite Lopes, em *O Vapor do Diabo* (1978), ao analisar as usinas de açúcar do nordeste brasileiro destaca o caráter penoso desse trabalho e o ambiente de trabalho como estranho hostil. De acordo com o pesquisador, as condições insalubres em que o trabalho é realizado nas usinas açucareiras acrescidas do ritmo acelerado em amplas jornadas de trabalho levam o trabalhador a um processo de exaustão, podendo ocasionar a ocorrência de graves acidentes de trabalho, inclusive mortes.

Na Usina Tamoio não era diferente. A maior referência dos trabalhadores à hostilidade do trabalho não estava, contudo, relacionada às condições de trabalho verificadas na indústria, mas àquelas ligadas aos serviços de transporte da cana, em particular os realizados nos vagões da estrada de ferro. A Usina Tamoio mantinha em seu território uma estrada de ferro, cujos vagões, puxados por locomotiva, percorriam as lavouras levando

a matéria-prima, a cana, até a moendas. Há que se destacar que, desde o seu início em 1917, a usina operou com tecnologia moderna e de boa qualidade. Em 1951, em substituição à moenda Fulton de 4 (quatro) ternos, implantou uma moenda ainda maior e mais potente, da mesma marca e com 6 (seis) ternos, importada dos Estados Unidos. Com a instalação dessa moenda, o trabalho no setor industrial, que já era ininterrupto e acelerado, passou a ser ainda mais veloz, exigindo grande quantidade de cana para a sua alimentação. As novas exigências do setor industrial impunham trabalho mais intenso para a chegada da cana na moderna moenda, o que acelerava a produção e o transporte da matéria-prima. Nesse processo, era no trabalho que se dava por meio dos vagões que mais houve referência a acidentes de trabalho com maior gravidade.

O trabalho na estrada de ferro ou nos vagões, como se referiam os/as trabalhadores/as, eram realizados principalmente por migrantes nordestinos, que na usina eram, pejorativamente, chamados de baianos. Esses trabalhadores, vindos da Bahia, Pernambuco e outros estados do nordeste brasileiro, ocupavam um lugar diferenciado na estrutura social da empresa, ou seja, diversamente dos trabalhadores da usina que habitavam as casas construídas especialmente para abrigar as famílias trabalhadoras, os baianos moravam em lugar distinto, conhecido na empresa como Ilha, e ocupavam uma construção chamada Pavilhão. A presença da Ilha e do Pavilhão no território da usina significava uma condição de moradia inferior a dos demais trabalhadores. Desta forma, a hostilidade vivida por esses trabalhadores no espaço da produção se estendia e se reproduzia também no espaço da reprodução/moradia. Tratados como cidadãos de segunda categoria, os trabalhadores desse setor estavam frequentemente expostos e suscetíveis à ocorrência de acidentes de trabalho, que poderiam levar a mutilações e também à morte. Neste sentido, alguns depoimentos de antigos/as trabalhadores/as são reveladores. No que segue, por exemplo, o trabalhador fala da morte de seu irmão – o Mariano – que, na estrada de ferro, desempenhava a função de brequista.

É que o trabalho dele era brequista de trem e na usina é diferente, não breque de ar. Cada vagão tem um breque e engate. Não é direto no engate. Então porque naquele tempo era tudo puxado com carroça nas pra você entender melhor, dizer estação, carregadeira. Nós tinha todas as carregadeiras, cada distância nós tinha uma carregadeira. Então as carroças, cortador no eito, cana tudo amarradas, puxava nas carregadeiras, ia lá uma turma carregava carriola naquele vagão, depois vinha a locomotiva. Numa carregadeira deixava dez, outra cinco, outra doze, conforme e coisa. Então pegou, chegou no último telefone pra chegar na usina ele telefonou que ia descer um trem com 25 vagão e deu sinal pro maquinista. Então soltou o trem, e dentro da bitola tem um esgoto pra correr água por baixo do trem. Então ele pisou dentro daquele esgoto e a roda do trem pegou a calça em cima, conforme ele pegou a parte ali, a calça, o pé ficou lá embaixo, a barra da calça ficou em cima do trilho, ai segurou. Segurou ele, só tirou o quepe e jogou. Aí o foguista falou: "O Mariano caiu!" quando parou o trem já tinha passado 20 rodas em cima dele. Da cintura pra baixo foi juntando os pedaços! (ex-administrador)

Há que se ressaltar que esse foi um dos acidentes ocorridos na estrada de ferro e nos serviços de vagões que mais marcou as memórias dos/as trabalhadores/as, possivelmente pela forma violenta como ocorreu.

[...] e esse vagão era transportado em locomotiva pra usina e nesse eito houve acidente. Os brequistas, chamava brequista – aqui é manobrista hoje né ?(década de 1990) Na balança era brequista, que o vagão era simples, solto, então você subia em cima da cana aqui pra vim brecar o trem aqui, no breque, então muitos caíam embaixo. Dois casos: um irmão do seu Cláudio, chamava Mariano, até hoje... (eu me lembro) e outro um tal de Pedroso também. Esse foi.... Ele foi passar, o trem pegou ele. (ex-trabalhador)

Os trabalhos no transporte da cana, em especial aqueles ligados à estrada de ferro, eram, talvez, os mais perigosos. A frequente ocorrência de acidentes constituía, de fato, uma realidade. Mais um trabalhador relembra acidentes na estrada de ferro que, segundo ele, quando não matavam, mutilavam.

[...] Os brequistas que trabalhavam nos vagões e mesmo na usina, tem muitos que não têm a perna, não tem ... falta braço, falta coisa... Bom! Que caiu debaixo do vagão que ficou vivo foi só um que eu sei e esse tá sempre no centro da cidade (Araraquara) com um carrinho motorizado, então cortou a perna dele, cortou um braço... Aquele lá não morreu eu não sei como.... O Morcego (apelido) cortou a perna. O...(ex-trabalhador)

O trabalho de brequista na estrada de ferro, por ser uma atividade que exigia menor qualificação profissional, era onde os trabalhadores eram inseridos quando, vindos do Nordeste, chegavam à usina. A carência de preparo e treinamento para a realização dessa atividade, provavelmente, era a principal causa dos graves acidentes.

[...] Chegava esses pernambuco do norte, chucro, pedia pra trabalhar de brequista, o homem (o chefe, o administrador) dava! Carregava o vagão alto, ele corria, escorregada... Morria na hora, coitado! Quantos não morria, **pegava com um saco e punhava dentro né**. Vixe!!! (ex-fotógrafo)

É no mínimo curiosa a forma como os acidentados e mortos na estrada de ferro eram tratados. Assim como a cana é moída pela voracidade das máquinas e em um setor no qual o que conta é máxima produção de açúcar e de álcool, alguns desses trabalhadores nordestinos podiam ser moídos, triturados pelas pesadas rodas do trem que esmagavam seus corpos. A realidade por eles vivida permite compará-los a uma coisa, cujo corpo, aos pedaços, podia ser totalmente objetificado, reificado e colocado em um saco, assim como se faz com algo, com uma coisa que não tem mais serventia e nem mais agrega a força de trabalho nele, antes, embutida. “Pegava um saco e punhava dentro né”, declarou o trabalhador que, na usina, exercia a função de fotógrafo. Ele era

responsável por registrar, documentar, fotograficamente, esses eventos fúnebres.

Naquele tempo não existia polícia técnica, isso era há 30 anos (a entrevista foi realizada em 1991) atrás. A gente mesmo fotografava lá, **juntava os pedaços do cara lá**, fotografava e mandava pra polícia. (ex-fotógrafo)

A ocorrência de acidente de trabalho naquele universo, tanto aqueles ligados à estrada de ferro como os que ocorriam em outros setores produtivos, era percebida pelos trabalhadores como normal, corriqueira, parte do cotidiano do trabalho.

Fora isso teve os acidentes de trabalho **que é uma coisa normal** né, uma coisa... (empresa/usina) com quase 14.000, 15.000 habitantes, sempre tem o cara que cai do trem, o cara que escapou cai na linha, o trem pegou, caiu do caminhão, o caminhão pegou... Mexeu com força elétrica, tomou choque, **isso aí é coisa normal. O dia a dia das coisas né**. O cara vai cortar a muda da cana acaba tacando o facão no sapatão, corta o dedão né? **Isso era comum.** (ex-trabalhador)

Acidentes fatais também poderiam ocorrer a partir de choques elétricos, fossem pelas intempéries do tempo ou pela imprudência dos trabalhadores, muitas vezes submetidos às condições de trabalho pouco seguras.

.... Agora teve muito acidente assim, faísca do tempo né, que a usina não tinha culpa. Faisca elétrica. Que nem no Jacaré (seção da Usina) matou dois, na Bela Vista (Seção da Usina) matou um, na Marisa (seção da Usina) matou outro.(ex-trabalhador)

...Quando não era cortado a perna era quebrado a mão, era cortado... Naquele ano (ano em que o irmão morreu) morreu uns três ... Rede elétrica, rede elétrica, morreu um carbonizado também. Pretinho!!!! (ex-trabalhador)

Vez em quando acontecia também algum acidente na rede elétrica. Inclusive há muitos anos, há muitos anos naquela linha de força lá, entre a Bela Vista e o Andes (seções da usina) também foi **eletrocutado dois rapazes** também. Que eles estavam carregando caminhão de cana, que antigamente carregava manual. Então eles, não ali. Então eles, não sei se por imprudência, eles suspenderam uma cana ali no linhão de força né, suspendeu uma cana e puxou, puxou e pegou, a cana puxou a força e pegou o que estava em cima e pegou o que estava embaixo também no caminhão também. Eu sei que matou os dois na hora, esse acidente fatal né. (ex-trabalhador)

No setor agrícola, as características do trabalho colocavam os trabalhadores em condições de vulnerabilidade o que os tornava suscetíveis à ocorrência de acidentes ainda mais frequentes. Com menor gravidade, mas não com menos importância, os acidentes no setor agrícola eram constantes. Embora nenhum/a trabalhador/a tenha se referido a mortes por acidentes de trabalho nesse setor, exceção feita aos dois trabalhadores que morreram eletrocutados quando carregavam o caminhão de cana, os acidentes de

trabalho nessa atividade eram quase cotidianos e podiam ser provocados sobretudo por instrumentos e ferramentas usadas no exercício da profissão como: foices, facões, enxadas etc. Perguntados sobre a ocorrência de acidentes na usina, alguns trabalhadores assim se manifestaram:

Principalmente no corte de cana, tempo de safra, sempre aquele pessoal cortava muito com facão, alguns cortava...mas tinha boa assistência médica também. Eles (o pessoal da usina) já levava pro ambulatório, quando era caso mais grave vinha pra cidade (Araraquara). (ex-trabalhador)

[...] às vezes o cara amolando o facão.... fazia ... escorrega a mão e corta igual o facão de cortar cana? Corta mesmo! Estava amolando uma enxada...estava amolando uma enxada ali, escapa a mão, bateu no corte da enxada, corta mesmo. (ex-trabalhador)

Acidentes de lavoura era mais assim corte né. Cortava cana, cortava dedo, cortava mão... Isso aí era tratado e era considerado acidente de trabalho. (...) Se fosse o caso de ser coisa simples, então fazia o curativo na Bela Vista (seção da usina) e depois dava uma folha, passava no escritório, o funcionário do escritório dava uma folha de acidente e tinha que contar tudo como aconteceu o acidente, com duas testemunhas. Aí levava pra usina, a usina encaminhava e depois o médico determinava quanto tempo ia ficar parado, depois a usina pagava o acidente né. (ex-trabalhador)

As condições de trabalho na indústria, na fabricação do açúcar e do álcool, apesar da hostilidade que caracteriza o trabalho nesse setor em que a maquinaria domina o trabalhador, mantendo-o submisso ao seu ritmo acelerado e ininterrupto, com turmas que se revezam e onde os trabalhadores atuam como ajudantes das máquinas (Leite Lopes, 1978, p. 64), os acidentes pareciam ocorrer com menor frequência do que no setor agrícola e no transporte da matéria-prima. Pelo menos é o que revelam as falas dos trabalhadores que seguem.

Ah, aí na usina, às vez acontecia algum acidente aí na ponte rolante. Sabe como que é.... a usina... (ex-trabalhador)

*[...] na usina também existia acidente, mas não era frequente não, que eles tinham muito cuidado, tinha CIPA, sempre que previa muito acidente, quando mais... mas eles tinha muito cuidado pra não acontecer né. **Mas sempre existia, existia mesmo, até morte.** Por exemplo, uma ocasião lá, aquele senhor que tomava conta na frente da manutenção dos telefones foi colhido por uma locomotiva, dentro do pátio da usina... e... mas teve diversos acidentes, **mas é uma coisa que acontece mesmo né.** (ex-trabalhador) – grifos meu*

A fala do trabalhador acima se mostra contraditória. Ao mesmo tempo em que afirma a pouca ocorrência de acidentes no setor industrial, atribuindo este fato à atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), diz: **Mas sempre existia, existia mesmo, até morte.**

Sempre tinha acidente, não tenha dúvida. Às vezes no pátio era um movimento de locomotivas, de vagão, sempre tinha uma batida, um acidente de caminhão, alguma coisa.

A alta incidência de acidentes de trabalho no setor agrícola, o que também ocorria na indústria, levou a usina a tomar algumas providências em relação aos cuidados e prevenção. Neste sentido, se em tempos anteriores este cuidado poderia ser obtido por meio de instruções oferecidas em cursos de curta duração ministrados, possivelmente, no próprio local de trabalho e orientações de administradores, chefes e pessoas que não gozavam de formação específica, a partir da década de 1940, com a regulamentação pelo Ministério do Trabalho da lei de Acidente de Trabalho, a empresa passou a contar com Técnicos de Segurança do Trabalho e com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) o que, no entanto, não inibiu por completo a ocorrência de acidentes, inclusive fatais. Isto pode ser evidenciado nas diretrizes criadas, em 1966, para o funcionamento da seção de pessoal, na qual a empresa estabelecia que o setor deveria:

[...] emprestar ampla cobertura aos serviços de natureza assistenciais e sociais, vigentes nas propriedades desta empresa, bem assim, cumprir e fazer cumprir, as normas legais sobre higiene e segurança do trabalho e as medidas de Prevenção Contra Acidentes de Trabalho através da organização e funcionamento da CIPA

Outras causas de mortes: assassinatos e suicídios

Já vimos que as mortes na Usina Tamoio podiam ocorrer por doenças e acidentes de trabalho, principalmente nos trabalhos ligados ao transporte de cana na ferrovia. Esses não eram, entretanto, os únicos fatores que poderiam levar à morte naquele lugar. Em um ambiente em que podiam existir conflitos, mortes por assassinatos e suicídios também aconteciam. Neste sentido, os depoimentos de alguns trabalhadores é elucidador:

Eu só vi uma morte lá, mas já agora no fim... (período final da usina, que teve suas atividades paralisadas em 1982) do [nome do trabalhador] que matou o [nome do trabalhador]. Mas depois desentenderam né, porque o [nome do trabalhador] era viúvo e o [nome do trabalhador] era casado e só porque o [nome do trabalhador] falou que a mulher dele era bonita, ele matou ele. (...) Ele só deu 39 facadas no cara (ri) (...) Era baiano! (ex- trabalhador)

A presença de nordestinos no espaço produtivo da usina, os baianos como eram conhecidos, aparece na fala dos trabalhadores com um viés preconceituoso e estigmatizante. Novamente o trabalhador que exercia a função de fotógrafo, quando indagado sobre possíveis ocorrências de conflitos que poderiam ter consequências mais graves, podendo levar, inclusive, a assassinatos disse:

É lógico, lógico! Tinha 15.000 habitantes.... É lógico! Tinha pessoal lá do norte, pessoal que morava nesses lugares: Bahia, sempre tinha problema né. (ex-fotógrafo)

E ainda, questionado sobre suas lembranças a respeito de outros episódios do tipo, que inclusive tenha fotografado, afirmou:

Lembro, um cara lá... um cara lá que matou a mulher grávida, que matou ... matou a mulher com uma facada no peito. Um cara lá teve que cortou a garganta, o outro que era surdo, era encarregado da parte telefônica da usina, ele não escutava, foi atravessar a coisa (a linha do trem) a locomotiva pegou ele, despedaçou tudo, quer dizer, um monte de casos desses. (ex-fotógrafo)

Outra morte que marcou a memória dos/as antigos/as trabalhadores/as foi quando ocorreu um acidente com arma de fogo que vitimou uma criança.

[...] esse era um camarada até muito bom, e até hoje é. Eu considero ele um cara muito bom. Ele bebia. Então depois ele nunca mais bebeu. Ele bebia bastante e andava de bicicleta, um motorzinho pra lá e pra cá, e era brincalhão até um camarada muito brincalhão. Então juntou uma rodinha de meninos lá um dia, resolveram gozar por cima dele, ele foi atirar pra cima né, brincando, atirar pra cima e acho que inverteu e atirou no menino. (ex-trabalhador)

Nesse caso, o acidente com morte é atribuído ao possível estado de embriaguez em que se encontrava o trabalhador que acabou por atingir uma criança com um tiro de arma de fogo. Nesse episódio fica uma questão: Por que o trabalhador estaria armado naquele momento e naquele espaço? Seria um hábito entre os trabalhadores como uma necessidade de defesa? Mas se o espaço da usina era tão bom como diziam, do que precisavam se defender? Essas são perguntas não respondidas. O fato é que a usina também mantinha norma proibitiva em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, mas os trabalhadores, em um ato de resistência, eram capazes de burlar esta norma e, por caminhos alternativos, buscavam a bebida em alambiques e pequenos engenhos das proximidades.

Quanto a suicídios, o registro de dois casos de morte por este motivo apresentados no levantamento realizado por meio das publicações da Revista Umuarama nos chamou a atenção. Este tipo de ocorrência, contudo, parecia não ser tão incomum na usina. Vejamos o que diz um antigo trabalhador entrevistado:

Ah! Teve né! uma porção de suicídio!

E continua:

Teve um cara lá, deu umas oito facadas num cara lá (ri) E... Mas o crime que eu lembro assim mais ou menos, sei lá, encrencou, acho que a mulher tava... Não sei lá, deu 8 facadas, 12 facadas num cara lá, sei lá

eu. Não quis nem contar (*ri*)

Outro trabalhador ainda declara:

Antes desse? Teve! Teve um churrasco, uma festa, que um guarda daqui, moço novo. (...) então chegou um senhor lá da Montuana (Seção da Usina), e comendo, bebendo, depois pediu um churrasco pra levar pra família né, eles dava, dava 5,6 churrasco. Não sei o que aconteceu lá, ele saiu ... Nele andar ele tinha defeito físico, nele andar parecia que tava bêbado, então teve um guarda que foi lá e deu uma paulada na cabeça dele, e matou!

Sobre a presença de guardas no território da usina Caires (1993, p. 214) destaca:

A “policia particular”, mantida pela usina e corporificada em um conjunto de indivíduos com características especiais⁵ e escolhidos no conjunto da força de trabalho disponível, além de atuar nos espaços de lazer dos trabalhadores (bailes, cinemas, jardins, festas, etc.), zelando para que a ordem e a disciplina no interior da usina fossem mantidas, tinha ainda por função vigiar as entradas e saídas do pessoal, controlando particularmente a entrada de bebida alcoólica. Sempre apostos, os guardas representavam um respaldo à autoridade dos chefes e/ou administradores de seção, podendo sua intervenção ser solicitada nos momentos em que os conflitos assumiam proporções maiores dificultando a sua resolução.

A usina conservava para si o monopólio da violência. Para atender suas normas disciplinares mantinha um bem equipado corpo de guardas e vigias que se encarregava de zelar pela ordem e a disciplina no local, além de uma pequena cadeia, uma cela, na qual os indisciplinados e aqueles que burlavam as normas da empresa eram recolhidos até que chegasse a polícia e os conduzisse à cadeia pública de Araraquara. O fato de um guarda bater em um trabalhador a ponto de levá-lo à morte é um demonstrativo do poder coercitivo exercido por esta polícia privada e armada mantida pela usina e, mais uma vez, me leva a refletir sobre as incoerências desse paraíso.

Sobre o local de enterramentos e a existência de cemitério

Diante desse cenário as dúvidas que ficam são: No caso dos trabalhadores que faleciam no território da Usina Tamoio, para onde seus corpos eram levados, ou seja, onde eram enterrados? Aqueles que morriam vítimas de acidentes de trabalho nos vagões da estrada de ferro, seus corpos, destroçados, eram enterrados em algum lugar ou poderiam simplesmente, após fotografados, ser colocados em um saco e levados à polícia, deixando essa encarregada de fazer o enterramento? Por se tratar quase sempre

⁵ Possuir físico avantajado e ter facilidades de relacionamento eram os requisitos exigidos para ocupar a função de guarda na usina.

de trabalhadores nordestinos, suas famílias eram avisadas e/ou recebiam os restos mortais em caso de os mesmos serem solteiros e não possuírem família na usina? Quanto a este aspecto, vale ressaltar que era comum os trabalhadores nordestinos, depois de algum tempo nos trabalhos da usina, se casarem com moças do lugar, constituírem famílias e permanecerem na empresa ocupando uma casa.

No caso do trabalhador que relata a morte de seu irmão brequista - o Mariano -, quando inquerido sobre as ações da usina após o trágico acidente, afirmou:

Fez tudo, Até hoje o túmulo dele é perpétuo. Comprou túmulo e fez tudo e auxiliou a família. (...) Deu uma mensalidade até a filha dele fazer 18 anos, acabou de criar... (ex-administrador)

O depoimento acima é indicativo de que a usina, nesse caso específico, cuidou do funeral do trabalhador e prestou assistência à família. Esta assistência familiar, que podia se estender para períodos mais prolongados, podia ser a ajuda para criar os filhos, como na situação acima, e incluir o oferecimento de cobertores às viúvas, especialmente no período natalino, conforme informa o depoimento de um trabalhador, ex-colono, ao referir-se aos presentes oferecidos pelos patrões na época de natal.

Principalmente nessa época agora (mês de dezembro, época da realização da entrevista) ele (o patrão) corria todas as seções pra ver os mais necessitados pra presente de natal. Olha bem, o casal de velhos! Agora era a época [...] Chegava essa época agora, os velhos chegou em casa de família por família pra ver a necessidade. Pras crianças era brinquedo, pros velhos, os mais idosos cobertor. Cobertor era agora, nessa época de natal. As viúvas ganhavam... as velhas ganhavam cobertor de presente de natal. Presente de natal era cobertor, roupa... Vinha aqueles caminhão, aqueles caminhão lotados. Então tinha uma enorme festa, uma grande festa pra população de Tamoio! Grande festa mesmo! Podia comer, beber à vontade. Diversão tinha várias entendeu? E pras pessoas que às vezes não tinha roupa pra vestir eles fornecia. Era presente pras crianças todas das seções. As viúvas principalmente, roupas, cobertor. Eles conheciam as famílias que eram mais prejudicadas em doença e não podiam trabalhar, mais gente pra tratar em casa, então... entendeu?

Ainda sobre a assistência às viúvas, outro entrevistado destacou:

[...] A viúva, o marido, trabalhava na usina, falecia. A própria usina dava uma pensão pra essa viúva. Não tinha previdência, a própria usina dava uma pensão, um xis. Inclusive em mercadorias pra ela abastecer a casa dela. Eles procuravam empregar os filhos. A usina era muito, muito (inaudível) Em matéria de assistência social a usina era primeiro lugar, melhor que a nossa assistência social hoje (década de 1990), governamental.

No caso específico da morte do trabalhador Mariano, Sr. Cláudio, o irmão, aliás um de nossos depoentes, ao menos nos últimos tempos, era, na usina, administrador de uma

seção agrícola. É instigante pensar no porquê de a usina ter promovido o enterro e até oferecido a sepultura perpétua a esse trabalhador, como o Sr. Claudio declarou. Seria pelo fato de o irmão ocupar uma posição privilegiada na estrutura ocupacional da empresa, ou seria pela enorme comoção que um acidente tão cruel e violento provocou? Nesse aspecto fica a pergunta: Todos os trabalhadores recebiam o mesmo tratamento? Afinal, como a morte era tratada na usina? Existia um cemitério em seu território?

Ao que tudo indica, esse não era um procedimento padrão. A usina, ao menos no início, cuidava de alguma parte do rito funerário, particularmente ao que se refere ao fornecimento do caixão e encaminhamento do féretro até o cemitério. Sobre esta questão, quando perguntei a um antigo gerente do armazém de fornecimento se o atendimento funeral era a usina que oferecia ele respondeu:

Funeral... Eles [os patrões] fornecia sempre ... no começo eles fornecia o caixão, o caixão ... Dava assistência mesmo pra (inaudível) enterro né.

Esta prática, todavia, sofreu alterações ao longo do tempo, em especial quando a morte e os rituais funerários começaram a passar por processo de mercantilização, com a interferência de empresas funerárias, conforme continua a fala do gerente entrevistado.

Ultimamente [final período Morganti] ia por conta da pessoa mesmo: Funerária... Algum tinha seguro funerária, outro ... Ultimamente não tinha mais essa segurança, era o pessoal que fazia por conta própria mesmo.

Além disso, os indícios até aqui observados indicam que o tratamento era distinto, podendo ocorrer diferenciações de acordo com a posição ocupada pelo/a trabalhador/a e/ou seus parentes próximos na estrutura hierárquica da empresa.

Quanto à existência de cemitério, a resposta do ex-gerente do armazém, quando perguntado, foi categórica e enfática:

Pesquisadora: Existia um cemitério dentro da usina?

Resposta: Não!!!

A menção do trabalhador acima à concessão de uma sepultura perpétua no cemitério, provavelmente de Araraquara, para seu irmão morto em acidente de trabalho confirma a afirmação do antigo gerente. Ainda, em relação a isso, recentemente, em setembro de 2024, ao realizar visitas guiadas com alunos da Escola Estadual Prof. Lysanias de Oliveira Campos ao cemitério São Bento de Araraquara, como parte de um trabalho de Educação Patrimonial realizado pela Fundação Araporã em parceria com a referida escola, a descoberta de um túmulo de uma pessoa que fora escravizada até os 14 anos e que, mais tarde, trabalhou e viveu em terras da Usina Tamoio, tendo, após a sua morte em 1951, o túmulo garantido pela Refinadora Paulista (razão social da Usina Tamoio), é mais

⁶ Este túmulo está localizado na Quadra 3D, linha 1, Rua 3 do cemitério São Bento de Araraquara.

um forte indício da não existência de cemitérios no lugar.

Em relação à questão dos enterramentos de trabalhadores e moradores da Usina Tamoio, o ex-gerente de armazém ao ser questionado sobre o local de enterramento das pessoas falecidas na usina, declarou:

Eram enterrados em Araraquara mesmo. Sempre enterrado em Araraquara, Ibaté. Tinha alguns que preferia Ibaté, entre os familiares, nasceram lá e tal, tinha familiares, então preferia em Ibaté. Era Ibaté e Araraquara.

Os rituais fúnebres e práticas de luto na Usina Tamoio

Os rituais fúnebres são atitudes humanas que têm por objetivo marcar a separação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. As cerimônias e rituais associados a este evento – a morte – como salientam Menezes e Gomes (2011, p. 94) “não apenas efetuam uma separação entre dois – ou mais – mundos, mas estabelecem alteridades, enfatizando especialmente a oposição central vivos/mortos, instituinte da condição de existência da pessoa”. Os rituais fúnebres, assim como outros rituais, refletem aquilo que um grupo, sociedade ou comunidade sustenta como valores e crenças compartilhados. Os ritos de morte fazem parte da própria morte. São importantes e necessários para que a separação se estabeleça, ao mesmo tempo em que se tornam indispensáveis para “exprimir e solidificar os vínculos, suscitar a partilha de emoções, assim como valorizar certas situações, assegurar e reforçar a coesão social” (Coimbra, 2021).

Na Usina Tamoio, os rituais de morte começavam com a Extrema Unção e faziam parte da vida religiosa na empresa, conforme revelam as publicações da Revista Umuarama, nas páginas do Movimento da Vida Católica. Uma vez falecido, o/a trabalhador/a ou algum membro de sua família tinha o caixão cedido pela Usina. Na sequência acontecia o velório que era realizado na casa da pessoa falecida, onde o padre da usina comparecia para proceder a Encomendação do morto. O costume de encomendar o morto era usual na empresa, e representava parte dos rituais pós-morte. Sendo a população tamoioense em sua maioria católica acredita-se que esta prática contemplava 100% dos que morriam, conforme pode ser atestado pelas publicações das revistas Umuarama, cujos números de óbitos coincidem com os números de encomendações.

No velório, que seguindo as normas instituídas no Código de Posturas do município de Araraquara deveria durar 24h00, havia o comparecimento de parentes, amigos, colegas de trabalho, vizinhos, podendo haver também a presença de pessoas residentes fora da usina: um parente ou amigo. Coisa que, aliás, era rara, pois toda ou quase toda a família dos/as trabalhadores/as residia na usina, em sua sede industrial e/ou seções agrícolas.

As relações de parentesco na Usina Tamoio eram bastante fortes, haja vista que sua força de trabalho, em especial no setor agrícola, era constituída majoritariamente por famílias trabalhadoras – os colonos de cana. Os fortes vínculos familiares se expandiam com as relações de vizinhança, o que fazia os/as trabalhadores/as acreditarem que no espaço da usina prevalecia uma “irmadade” ou como diziam “uma família só”. Nessa

grande família, a solidariedade presente em vários momentos da vida cotidiana não poderia estar ausente na hora da morte. O momento do velório era mais um, dentre outros, em que a solidariedade entre vizinhos e a rede de parentela se manifestava. Assim, conforme declarou uma de nossas depoentes:

quando morria alguém passava a noite inteira velando. A gente fazia um revezamento, uns iam pra casa dormir, descansar e outros vinham para velar o morto. Fazia rezas, rezava.... (ex-trabalhadora)

Após o velório e a realização dos necessários sacramentos, procedia-se o enterro. Dada a distância que separava a usina e as cidades onde poderia ocorrer esse evento fúnebre (Araraquara, Ibaté ou São Carlos), o corpo do morto era conduzido ao cemitério por carro funerário. Sobre esta questão relatou um trabalhador:

[...] Agora o que eu me lembro muito bem, o Morganti ele tinha o próprio carro dele lá (carro funerário), da funerária dele, ele fornecia o caixão pra pessoa (inaudível) era tudo por conta dele, agora aqui (em Araraquara) o terreno em não sei como era.

O carro funerário, provavelmente, não era propriedade da empresa, dos Morganti, como sugere a fala do trabalhador acima. Acredita-se que, na verdade, a usina devia manter convênio com alguma funerária da cidade, provavelmente de Araraquara, a qual era acionada nesse momento.

Em relação aos trabalhadores nordestinos, em particular aqueles que tiveram suas vidas ceifadas em acidentes de trabalho nos serviços de transporte de cana nos vagões da estrada de ferro, não houve menção sobre o destino de seus corpos, exceção feita a Mariano, irmão do Sr. Claudio, que teve sua sepultura perpétua garantida pela usina. Seriam seus corpos, quando solteiros e sem famílias na usina, encaminhados para as famílias de origem e em outras localidades, inclusive fora do estado de São Paulo? Ou seriam enterrados como anônimos em espaço público no cemitério de Araraquara? Por que somente o trabalhador de nome João Cardoso, o ex-escravizado, que trabalhou na usina por 35 anos, aliás nascido na Bahia, teria sido merecedor de homenagem com a concessão de túmulo no cemitério de São Bento de Araraquara, conforme supracitado? Seria exatamente pelo fato de ter sido um ex-escravizado?

Sobre o destino dado aos corpos dos mortos Silva (2005, p. 41) argumenta que “a idade, o sexo, e o status do morto podem diferir quanto ao tratamento do cadáver nas sociedades humanas.” E continua: “As causas da morte - por violência, homicídio, por suicídio, por velhice, parto ou por moléstias epidêmicas, acidente ou guerra, resultam em tratamentos diferenciados do corpo, com rituais ou ausência deles.”

Outro aspecto importante e que fazia parte dos rituais pós-morte na Usina Tamoio diz respeito à forma como as mortes eram anunciadas na Revista Umuarama, cujo início das publicações se deu a partir de 1947. É possível que antes dessa data as mortes eram comunicadas na usina de forma direta, com a população percorrendo a vizinhança e

comunicando entre si no famoso “boca a boca”, ou mesmo pela igreja, na sede industrial, e capelas, nas seções agrícolas, como era costume na época. Após o advento da Revista Umuarama, nota-se que eram publicadas notas de falecimento como as que seguem:

Falecimentos:

Na sede: Dia 24 de junho da Snra Catarina de Oliveira com 85 anos de idade.

Na Marisa: Dia 28 de junho, a menina Iraci Cirino com 13 anos de idade.

Na Seção Morro Azul: Dia 25 de junho, do menino José de Moraes com 3 meses de idade.

Às famílias enlutadas os nossos pêsames!

(Revista Umuarama, n. 25, Junho/1949)

Fazia parte dos ritos pós-morte o oferecimento de missas de 7º. dia, um costume entre os católicos, e missas em sufrágio para pessoas falecidas. Desta forma, nas missas diárias que aconteciam na igreja de São Pedro na sede industrial, pessoas das famílias ou mesmo amigos mandavam celebrar missas em intenção das almas de seus entes queridos, conforme também pode-se ler nas seções Movimento da Vida Católica das edições mensais da Revista Umuarama.

As frequentes solicitações de missas como homenagem às pessoas falecidas, mesmo que a morte tivesse ocorrido há tempos, é um indicativo de que o luto das famílias podia se estender para além do tempo convencionado socialmente – 1 ou 2 anos. Sobre o hábito de mandar celebrar missas para os mortos, atitude que vem de séculos anteriores e que, até certo ponto, estava ligado à imposição da igreja católica com o objetivo de angariar fundos, João José dos Reis (2022, p. 285) assim se manifesta:

A função delas [das missas] era abreviar o tempo passado no Purgatório, ou acrescentar à glória dos que já se encontravam no Paraíso. [...] as missas pacificavam a guerra entre vivos e mortos beneficiando em grande medida a igreja.

As missas oferecidas aos mortos representavam, talvez, uma forma de lembrá-los, mantendo suas memórias vivas e o morto ainda integrado a aquela comunidade ou grupo social. Neste sentido, apesar da morte física e biológica, procurava-se não permitir a ocorrência da morte social (Silva, 2005, p. 30).

Também a prática de oferecer às viúvas um cobertor como presente de natal pode ser pensada como parte dos ritos pós-morte. Nessa prática estava implícita e simbolizava a ideia de que a mulher viúva deveria lembrar-se sempre de sua condição, “continuar honrando e cultuando o marido falecido, em uma espécie de ‘viuvez eterna’ pois ela era a guardiã da família, cujos laços, apesar da morte, jamais deveriam ser rompidos. (Carvalho, 2009, p. 109 apud Barbosa e Pedrosa, 2024, p. 25)

E ainda, se a morte dos trabalhadores e seus familiares merecia atenção da empresa, a morte de Pedro Morganti, por sua vez, não era descuidada e não podia ser esquecida. Anualmente as publicações na Revista Umuarama, as missas campais realizadas na igreja de São Pedro e outras homenagens procuravam realçar as qualidades do líder, além de

perpetuar sua imagem, mesmo morto, como o grande construtor do Império. A própria igreja de São Pedro, espécie de sepulcro e mandada erigir pelos filhos em homenagem ao pai após sua morte, foi a forma por eles encontrada para eternizar a presença do pai e fundador da usina entre os/as trabalhadores/as. O mesmo pode-se dizer em relação ao obelisco mandado erigir pelos operários. Ostentado defronte a igreja de São Pedro com a imagem do fundador faz uma reverência a ele como ícone de trabalho, poder e glória.

Considerações finais

O presente trabalho procurou responder algumas perguntas sobre a morte e o morrer na Usina Tamoio no período compreendido entre 1917 e 1969, quando a empresa esteve sob o comando acionário da família Morganti. No decorrer do texto procurei contemplar uma dimensão pouco explorada em minha dissertação de mestrado, apresentada à Unesp de Araraquara em setembro de 1993. Revisitei os dados pesquisados, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, ocasião do mestrado, e nesta (re)visita foi possível perceber que o tema morte era, até certo ponto, interdito naquele espaço que os/as trabalhadores/as e moradores/as insistiam em descrever como um paraíso, quase um lugar sagrado.

Nas entrevistas realizadas por ocasião da pesquisa, a morte e o morrer na Usina Tamoio somente apareceram de forma explícita e enfática quando foram lançadas perguntas objetivas que envolviam a questão dos acidentes ligados às condições de trabalho na empresa. Mesmo falando da alta incidência de acidentes de trabalho, alguns com mortes bastante violentas, principalmente nos serviços de vagões da estrada de ferro utilizados para o transporte da cana até as moendas, os trabalhadores tenderam a naturalizar tais ocorrências como normais e corriqueiras. “Coisas que acontecem mesmo.” A morte no território da usina era por eles percebida como parte do viver e representava o momento em que as manifestações de solidariedade se faziam presentes, especialmente no momento do velório quando parentes, vizinhos, amigos e colegas de trabalho poderiam exprimir seus sentimentos pela perda do ente querido.

Verificou-se que a usina mantinha políticas que incluíam serviços informativos, educativos, de profilaxia e de assistência médica, farmacêutica e hospitalar, que tinham por objetivo assegurar cuidados com sua força de trabalho, buscando, assim, coibir doenças e postergar mortes, uma vez que seu objetivo era, além de manter o bem estar e a saúde no ambiente de trabalho, conseguir eficiência nos trabalhos realizados, com vistas a obter o máximo de produtividade e, consequentemente, lucro.

Se no princípio, é possível que os cuidados com sua força de trabalho se apoiassem em normas costumeiras criados pelo próprio patrão e sua administração, a partir da década de 1940, com a legislação canavieira editada por meio do Estatuto da Lavoura Canavieira em 1944, a empresa ampliou os benefícios oferecidos aos trabalhadores e seus familiares, já que para isto tinha subsídios governamentais garantidos. Mesmo assim, apesar de a empresa ter criado uma forte estrutura, que procurava preservar sua força de trabalho assegurando cuidados com a saúde e a vida dos trabalhadores e moradores, a

ocorrência de mortes por doenças diversas estava presente naquele território, reproduzindo o padrão de saúde e causas dos eventos mortuários que se verificava no município de Araraquara. Além de mortes por doença e acidentes de trabalho, também outras causas como assassinatos e suicídios estavam presentes.

Para a empresa, a morte representava mais um momento em que o seu leque de benesses poderia ser ampliado com o oferecimento do caixão, do carro funerário para o encaminhamento do enterro, podendo em casos excepcionais oferecer, assistência à família, inclusive a sepultura perpétua, como no caso do trabalhador Mariano, que teve morte extremamente violenta em acidente de trabalho no transporte da cana na estrada de ferro e no caso do trabalhador, que tendo sido escravizado até a adolescência, após a sua morte em 1951, também foi homenageado com uma sepultura no cemitério de São Bento de Araraquara. Naquele espaço, mesmo o cobertor oferecido às viúvas como presente de natal fazia parte dos rituais pós-morte, além da Encomendação do corpo pelo padre da igreja de São Pedro e as publicações e anúncios na Revista Umuarama.

A pergunta inicial e que motivou este trabalho foi: Existia um Cemitério na Usina Tamoio, já que a empresa sustentava uma estrutura que a equiparava a uma cidade? A resposta foi: Não! Verificou-se que quando ocorriam mortes no território da empresa, os enterros eram realizados em cemitérios municipais de Araraquara, Ibaté e São Carlos, não sendo, contudo, possível saber se em casos de mortes de trabalhadores nordestinos que atuavam na estrada de ferro, quando não possuíam famílias na usina, se seus corpos eram encaminhados para suas famílias em outras localidades. Ao que tudo indica, esses trabalhadores eram enterrados no cemitério de Araraquara em área pública, o que também poderia acontecer com os demais trabalhadores cujas famílias não tinham condições de adquirir o terreno para uma sepultura perpétua.

O trabalho procurou estabelecer interfaces entre os campos da etnografia, do patrimônio cultural e da arqueologia, em especial da arqueologia funerária, na medida em que contemplou temas relacionados a estas disciplinas. Particularmente no campo da arqueologia funerária, mesmo não sendo possível falar em remanescentes materiais ou vestígios humanos, objetos dos estudos arqueológicos, traz elementos importantes para a compreensão da morte e do morrer no contexto da organização social e das relações sociais específicas que compunha o universo da Usina Tamoio.

Referências

BARBOZA, Keith Valéria de Oliveira; PEDROSA, Fábio. Arte e Sociedade no Cemitério de São João Batista, em Manaus. **Revista M.** - ISSN 2525-3050 Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e12872, jul./dez. 2024 DOI: 10.9789/2525-3050.2023.v9n18.e1287. Disponível em: <<https://seer.unirio.br/revistam/article/view/12872>>. Acesso em 19/09/2024

BARRETO, Cristiana. **Arqueologia Brasileira: Uma perspectiva histórica e comparada.** Revista do MAE, 3, 201-2012, 1999

CAIRES, Angela Cristina Ribeiro. **Nem tudo era doce no império do Açúcar: Usina Tamoio – Vida, Trabalho e Lutas (1917-1969).** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, UNESP/Araraquara, 1993.

CEMITÉRIO DE ESCRAVOS ESTÁ INTACTO NA REGIÃO <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1511200902.htm>> Acesso em 23/10/2024

COIMBRA, GLAYCE ROCHA SANTOS. **Cemitérios rurais e rituais de morte na região de barro alto no sertão da Bahia – séculos XX E XXI.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, 2021.

FAMILIA FIGUEIREDO – FAZENDA JABORANDI. Documentos Históricos. Disponível em: <<https://figueiredojaborandi.blogspot.com/p/documentos-historicos.html>>. Acesso em 28/10/2024

FERRARI, José. Livros de Recortes. Disponível no Museu Histórico Prof. Rodolpho Telarolli e Maestro José Tescari de Araraquara/SP

FIDALGO, Daniel; RASTEIRO; Renan e RODRIGUES, Robson A. PRÁTICAS FUNERÁRIAS E REMANESCENTES HUMANOS DE UM CEMITÉRIO DO SÉCULO XIX DE ARARAQUARA, SÃO PAULO. **Serpente.** Revista do Patrimônio AQA. Secretaria Municipal de Cultura-Fundart, Prefeitura Municipal de Araraquara/SP, 2022. Disponível em: <<https://www.araraquara.sp.gov.br/governo/secretarias/cultura/revista-serpente>>. Acesso em: 29/11/2023>.

LEITE LOPES, José Sérgio. **O Vapor do Diabo:** O trabalho dos operários do açúcar, 2ª edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978

GASTROENTERITE: o que é, sintomas, causas e tratamento. Disponível em <https://www.tuasaude.com/gastroenterite/>. Acesso em: 25/10/2024

MENEZES. Rachel Aisengart ; GOMES, Edlaine de Campos. “Seu funeral, sua escolha”: rituais fúnebres na contemporaneidade. **Revista de Antropologia**, SÃO PAULO, USP, 2011, V. 54 Nº 1.

OLIVEIRA, Patrícia de. **Da Punição à Consagração:** Interpretações Político-Espaciais da Trama do “Linchamento” dos Brito em Araraquara (SP) e a Ressignificação do Espaço Funerário. TCC (Graduação em Geografia). Universidade Estadual Paulista- UNESP, Ourinhos/SP, 2023.

OS CEMITÉRIOS (E A MEMÓRIA) DESTRUÍDOS PELO AÇÚCAR. Disponível em: <<https://italiaguatapara.blogspot.com/2013/01/os-cemiterios-memoria-destruidos-pelo.html>> Acesso em: 23/10/2024

PEIXOTO, P. V. da S. (2018). Por uma arqueologia dos vestígios funerários do passado: contribuições, práticas e caminhos possíveis. **Revista M. Estudos Sobre a Morte**, Os Mortos e o Morrer, 3(6), 232–262. <<https://doi.org/10.9789/2525-3050.2018.v3i6.232-262>>. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/issue/view/346>. Acesso em: 20/11/2024.

PREFEITURA ASSUME CASARÃO DA ANTIGA USINA TAMOIO E DIZ QUE VAI REFORMAR UNIDADE DE SÁUDE NA BELA VISTA. Disponível em: <<https://rciararaquara.com.br/cidade/prefeitura-assume-casarao-da-usina-tamoio-e-diz-que-vai-reformar-unidade-de-saude-na-bela-vista/>>. Acesso em 27/10/2024.

REIS, João José dos. **A Morte é Uma Festa:** Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Edição 30 anos revista e ampliada. Editora SCHWARCZ S.A, São Paulo, 2022 .

REUNIÃO REITERA COMPROMISSO DE PRESERVAR PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ANTIGA USINA TAMOIO. Disponível em <<https://camara-arq.sp.gov.br/noticias/reuniao-reitera-compromisso-de-preservar-patrimonio-historico-da-antiga-usina-tamoio>>.

compromisso-de-preservar-patrimonio-historico-da-antiga-usina-tamoiодlSdIS>. Acesso em 27/10/2024.

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das Práticas Mortuárias:** uma abordagem historiográfica. São Paulo: Alameda, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. Editorial no. 6. Arqueologia Funerária: Performance, Morte e Corpo. Revista M. **Estudos Sobre a Morte, Os Mortos e o Morrer.** Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 223-226, jul./dez. 2018.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **A arqueologia guarani:** construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Anablume, 2003.

SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da. **Arqueologia das Práticas Mortuárias em Sítios Pré-históricos do Litoral do Estado de São Paulo.** Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo- USP, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11072007-151325/publico/tdeSFSMS.pdf>. Acesso em 04/12/2024.

SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da. Terminologias e classificações usadas para descrever sepultamentos humanos: exemplos e sugestões. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** São Paulo, n. 15-16, 2006.

SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da. **Arqueologia Funerária:** corpo, cultura e sociedade. Ensaio sobre a interdisciplinaridade no estudo das práticas mortuárias. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014. 138p.

SOUZA, Camila Diogo de. Práticas Mortuárias na Região da Argólida entre os séculos XI e VIII a.C. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** São Paulo, Suplemento 13, p. 85-94, 2009.

SOUZA, C. D. de. (2018). A morte lhe cai bem: reconsiderando o significado do mobiliário funerário na construção do prestígio social. **Revista M. Estudos Sobre a Morte, os Mortos e o Morrer**, 3(6), 263–287. <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2018.v3i6.263-287>. Disponível em: <<https://seer.unirio.br/revistam/issue/view/346>>. Acesso em: 20/11/2024.

TAMPELINI, Rogério Belmiro. **Sepultamentos e Cemitérios na Freguesia e Vila de São Bento de Araraquara.** TCC apresentado ao Centro Universitário ETEP/Grupo Educacional IBRA, Curso Licenciatura em História. 2022.

TELAROLLI, Rodolpho. **História da Medicina e dos Médicos de Araraquara.** Legnr Informática & Editora Ltda, São Paulo, 2002.

VIEIRA, Denise Cristina Rosário; QUEDA, Ariovaldo, Fazenda Guatapará: o berço da imigração japonesa no Estado de São Paulo. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.8, p. 01-18, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/angel/Downloads/413+N8+Contribuciones.pdf acesso> Acesso em: 25/10/2024.

Revista Umuarama n. 12, de 1º. de julho de 1948

Revista Umuarama n. 15 , junho de 1949

Revista Umuarama n. 25, julho de 1949.o

Revista Umuarama n. 40, novembro de 1950

Revista Umuarama n. 66, 1956

Revista Umuarama n. 82 , julho de 1957

Revista Umuarama n. 84, outubro de 1957

Revista Umuarama outubro 1959.